



X Congresso Português de Sociologia
Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Globalização, Política e Cidadania

Confiança, democracia, atitudes políticas e agentes: Análise dum estudo na Grande Lisboa

CORREIA, Rita Gomes; SOCIUS/CSG; ritagomescorreia@yahoo.com
GRAÇA, João Carlos; SOCIUS/CSG; jgraca@iseg.ulisboa.pt

Resumo / Resumen / Abstract / Résumé

O propósito desta comunicação é identificar valores, atitudes e comportamentos políticos de diversos grupos, tendo por base um estudo efetuado em 2016, com uma amostra de 600 indivíduos, adultos e habitando na Grande Lisboa, estratificados por sexo, idade e habilitações literárias.

As questões referem-se nomeadamente a: identificação com partidos políticos; voto nas últimas eleições; razões para o voto e/ou a abstenção; grau de interesse pela política; características percebidas nos agentes políticos portugueses; aspetos relevantes para as escolhas partidárias; grau de confiança relativamente a partidos políticos, Parlamento, Presidente da República e governo; grau de corrupção percebida dos políticos em Portugal; satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal; influência percebida dos cidadãos no decurso dos acontecimentos políticos; percepção de si em termos da dimensão esquerda-direita.

Palavras-chave / Palabras clave / Keywords / Mots-clés:

Confiança; democracia; atitudes políticas

XAPS-35367

Introdução

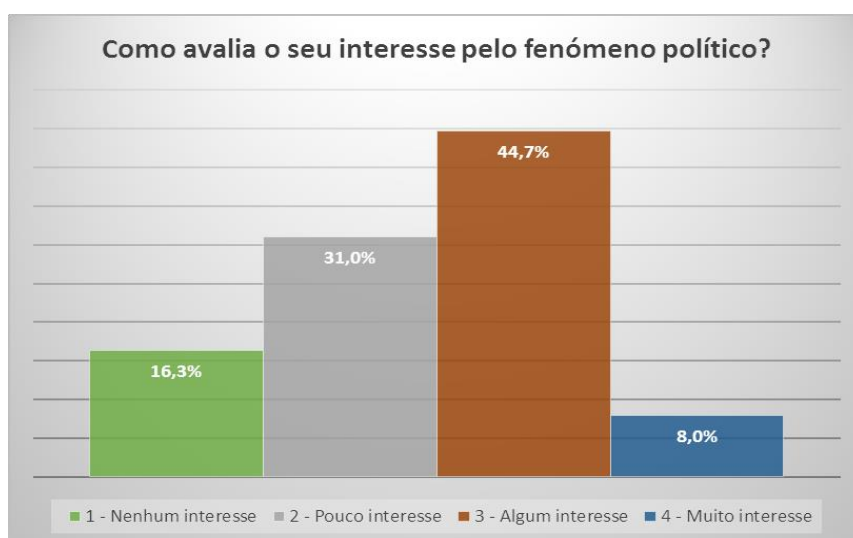
Esta comunicação visa proceder à identificação de valores, atitudes e comportamentos políticos de diversos grupos, tendo como base um estudo efetuado em Dezembro de 2016, com uma amostra de 600 indivíduos, maiores de 18 anos e habitando na Grande Lisboa. A amostra está estratificada por sexo, idade e habilitações literárias.

Os quesitos referem-se designadamente a: identificação com partidos políticos; voto nas últimas eleições; razões para o voto e/ou a abstenção; grau de interesse pela política; características percebidas nos agentes políticos portugueses; aspetos relevantes para as escolhas partidárias; grau de confiança relativamente a partidos políticos, Parlamento, Presidente da República e governo; grau de corrupção percebida dos políticos em Portugal; satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal; influência percebida dos cidadãos no decurso dos acontecimentos políticos; perceção de si em termos da dimensão esquerda-direita.

Análise

No que concerne ao interesse pela política, os resultados do estudo apontam um valor médio de 2.44 (numa escala de 1 a 5). Salienta-se que tínhamos anteriormente registado, em estudo análogo realizado em 2006, uma média de 2.3, pelo que se observa um ligeiríssimo acréscimo (ver Figura 1).

Figura 1



Quanto à dimensão relativa à percepção de si próprio ao longo dum eixo esquerda-direita (desde 1, ‘extrema-esquerda’, até 9 para ‘extrema direita’), observa-se na amostra uma elevadíssima frequência nos valores centrais (sobretudo 5). O valor médio das respostas é de 4.97, parecendo genericamente indicar uma aproximação ainda maior ao centro do que o valor médio de 4.71, obtido em estudo análogo realizado em 2006 (cf. Graça et al. 2012a, 2012b, 2014, 2016, no prelo).

Figura 2



Relativamente à regulação desejável da economia, as respostas são de 49,8 a favor de mais estado, 39,3 em prol de mais mercado e 10,8 em defesa dum maior papel do ‘terceiro sector’ (ver Figura 3).

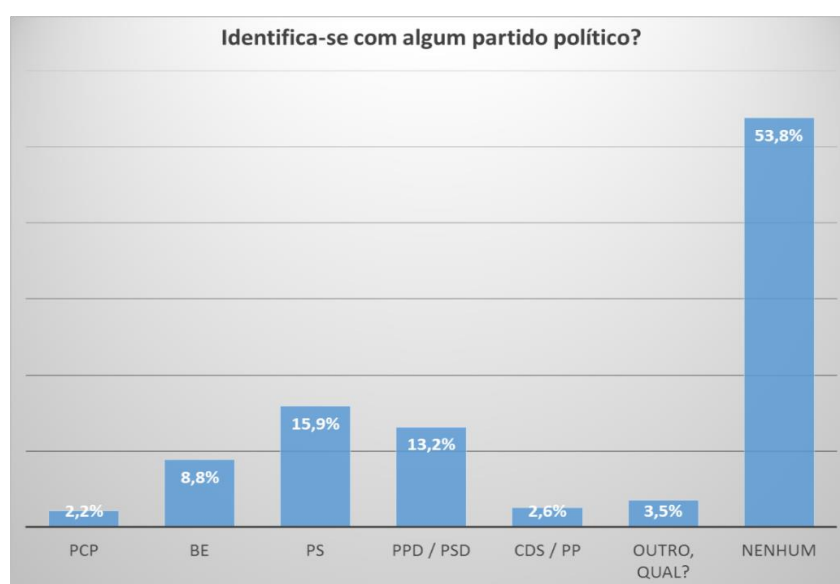
Figura 3



Estes valores devem ser confrontados com os registados em 2006: respetivamente 52.3 (estado) 28.8 (mercado) e 18.9 (terceiro sector), parecendo indicar uma paulatina evolução *free-marketeering* da opinião pública portuguesa. Esta evolução deve ser considerada relacionando-a (mas talvez não diretamente) com a ligeira deslocação para a direita que também é percetível na questão anterior.

No que concerne à dimensão da identificação com partidos políticos, verifica-se acima de tudo o peso da resposta “Nenhum”, englobando mais de metade dos respondentes. Os níveis de identificação com partidos políticos permanecem por conseguinte bastante baixos, e mesmo muito inferiores aos dos votos, não obstante todo o crescimento da abstenção verificado nas últimas décadas.

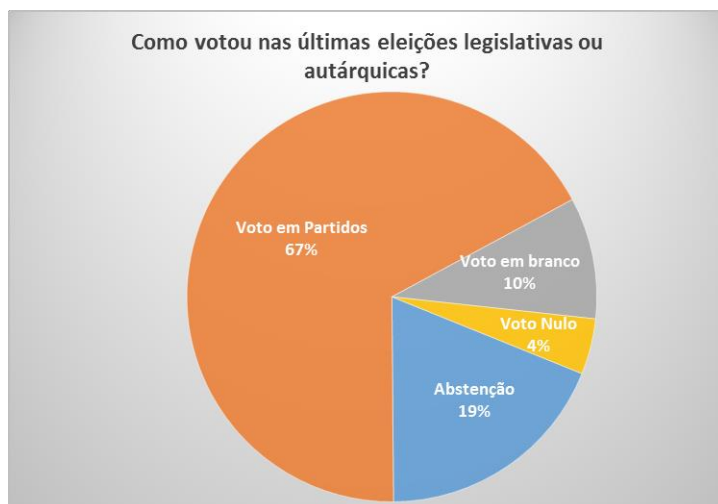
Figura 4



São outrossim dignos de nota, quanto a este critério de análise: o nível comparativamente muito elevado da identificação com o PS (o maior partido quanto a este critério, embora não em votos), bem como a fraca performance do PSD e, por contraste, o bom desempenho do Bloco de Esquerda (ver Figura 4).

Se a identificação com partidos não chega a metade dos inquiridos, o voto naqueles atinge e ultrapassa essa marca, ficando-se em 67 por cento (ver Figura 5). Ainda assim, abstenção, voto nulo e voto branco correspondem, somados, a praticamente 1/3 dos inquiridos; e constituem um valor crescente ao longo das últimas décadas.

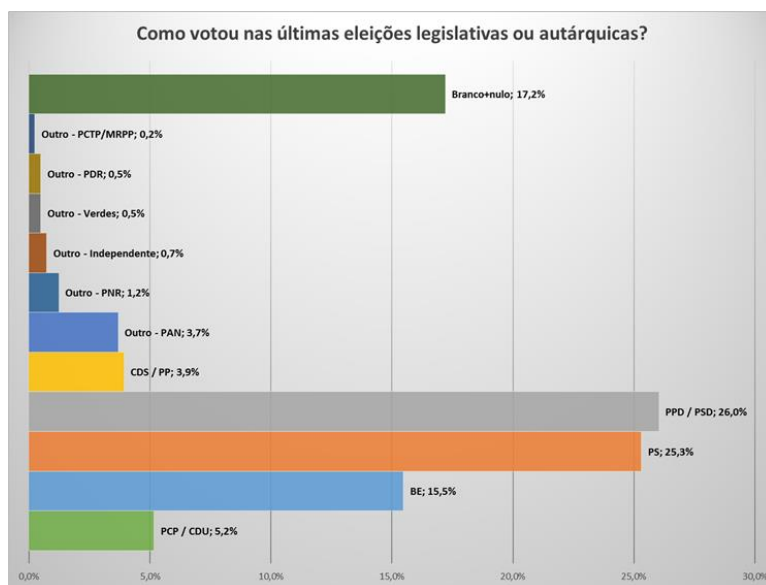
Figura 5



De entre os inquiridos que declaram ter votado, 17.2 por cento afirma entretanto ter votado branco ou nulo, um valor onde provavelmente está englobada alguma abstenção (considerando a questão anterior). Não obstante o facto de o PS recolher maior identificação (ver Figura 4), o PSD é agora o partido mais votado, com 26 por cento, contra 25.3 do PS.

Parece digna de nota a elevada percentagem recolhida pelos “outros” partidos, sobretudo o PAN, com 3.7 por cento, deixando-o muito perto da marca do CDS/PP. Sublinhe-se também o desempenho notável do Bloco de Esquerda, com um terceiro lugar correspondente a 15.5 por cento (ver Figura 6).

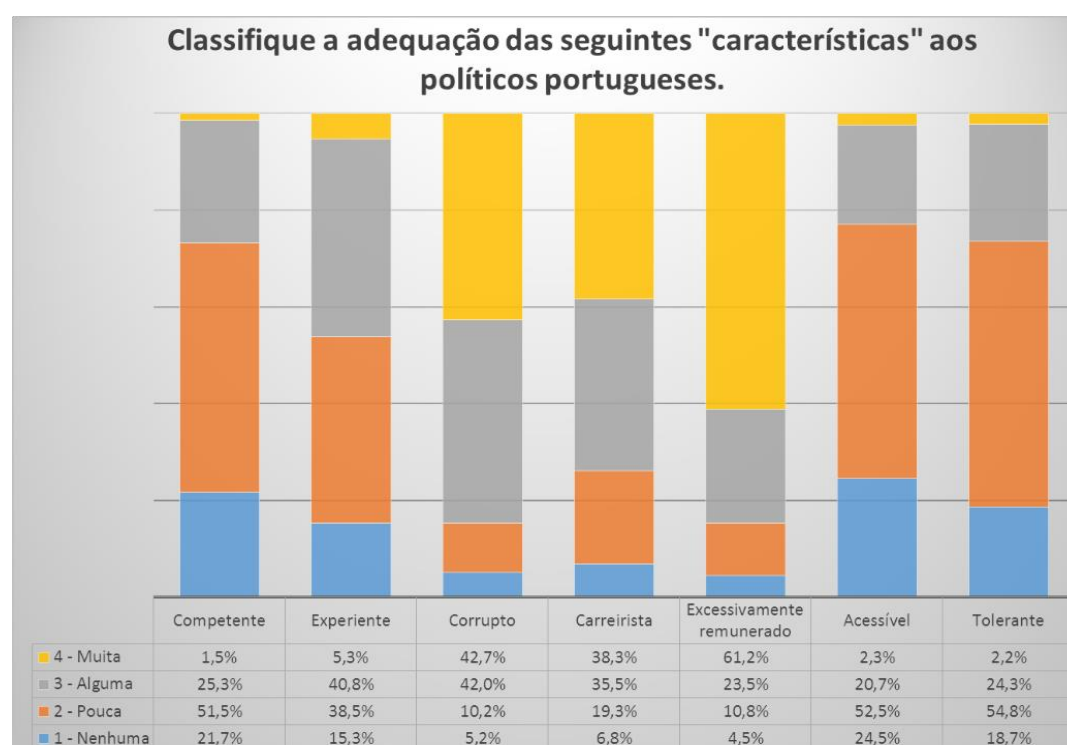
Figura 6



Os elevados níveis de abstenção, voto nulo e voto branco, a importância do voto em “outros” partidos e a fraca performance dos dois partidos hegemónicos da vida política portuguesa (PS e PSD), bem como a fraca identificação declarada com partidos políticos (ver supra, Figura 4): eis um grupo de aspetos que se nos afigura deverem ser considerados colocando-os em paralelo também com as perceções prevalentes quanto aos políticos.

Nesta matéria, deve sublinhar-se antes de mais o nível muito elevado de concordância com os qualificativos “excessivamente remunerado”, “corrupto” e “carreirista”. Por contraste, “tolerante”, “competente” e “acessível” registam marcas muito baixas, o qualificativo “experiente” obtendo uma marca intermédia (ver Figura 7).

Figura 7

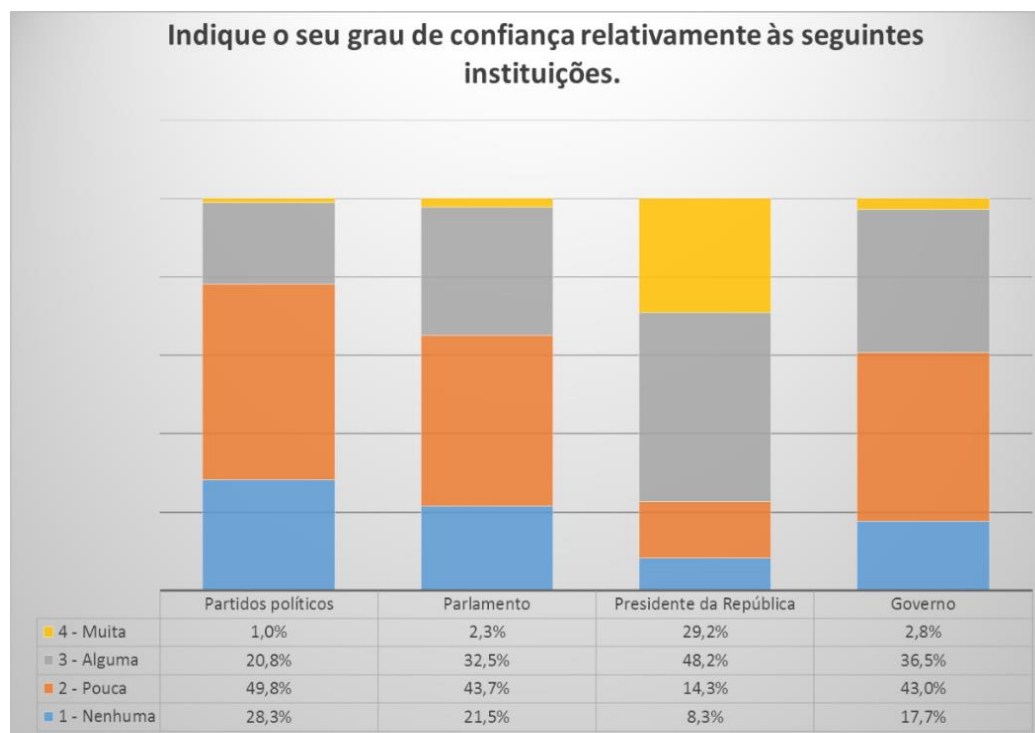


Este padrão de opiniões parece igualmente compaginável com o baixo grau de confiança declarado quer quanto aos partidos, quer quanto ao órgão de soberania (o Parlamento) a que estes se encontra mais diretamente ligado (ver infra, Figura 8).

Por oposição a essa tendência, a magistratura mais eminentemente personalizada do quadro constitucional português, a Presidência da República, obtém os níveis

mais elevados de confiança, aliás com larga vantagem. O governo ocupa, quanto a este critério, uma posição muito próxima da Assembleia da República

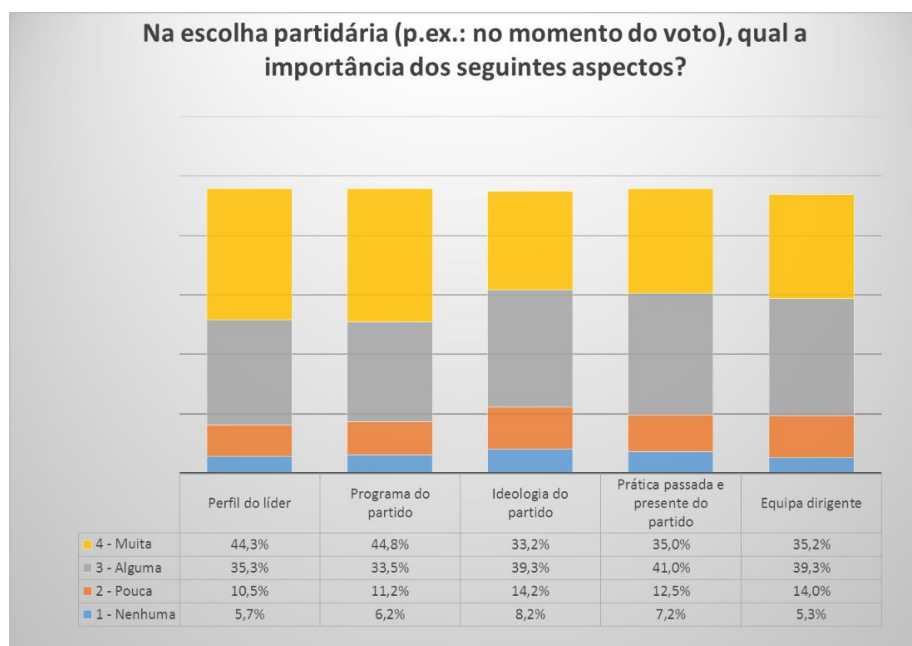
Figura 8



Relativamente aos motivos de escolha partidária, e de acordo com padrão referido para a forte ‘personalização’ das atitudes políticas, o “perfil do líder” é a dimensão declaradamente mais importante.

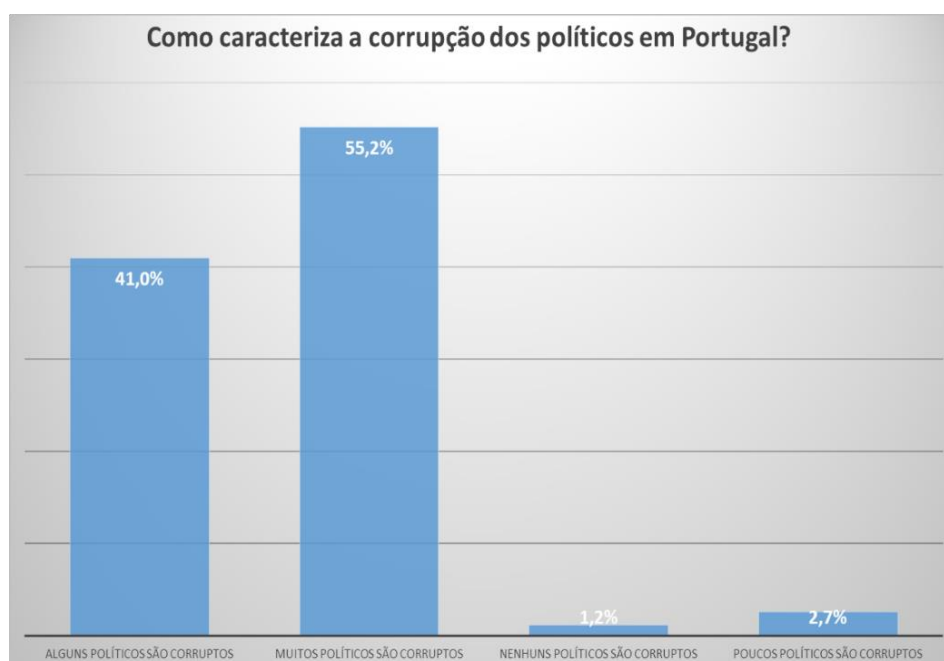
Entretanto, o “programa do partido” segue de perto aquela dimensão, embora se trate dum programa considerado de forma algo ‘desideologizada’ dado que a “ideologia do partido” se mostra bem menos importante. Já a “prática partidária” e a “equipa dirigente” ocupam posições intermédias no ranking dos fatores da escolha (ver infra, Figura 9).

Figura 9



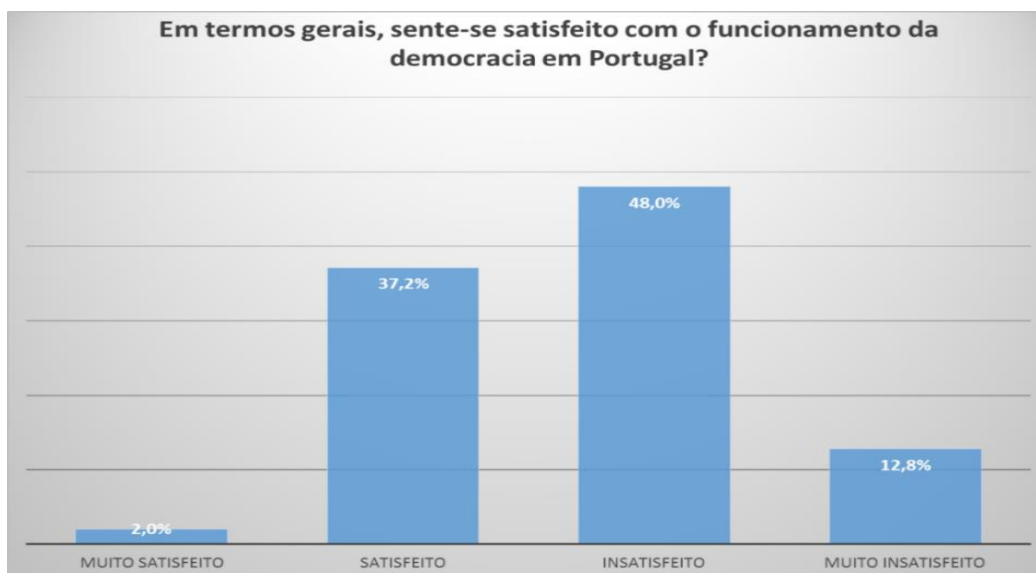
De acordo com o padrão identificado de relativo ceticismo (ou mesmo cinismo) face à vida política, mas ainda assim de forma algo surpreendente pela dimensão revestida, a perceção pública de corrupção dos políticos é elevadíssima, apenas 3.9 por cento dos inquiridos respondendo “ nenhuns” ou “poucos” (ver Figura 10).

Figura 10



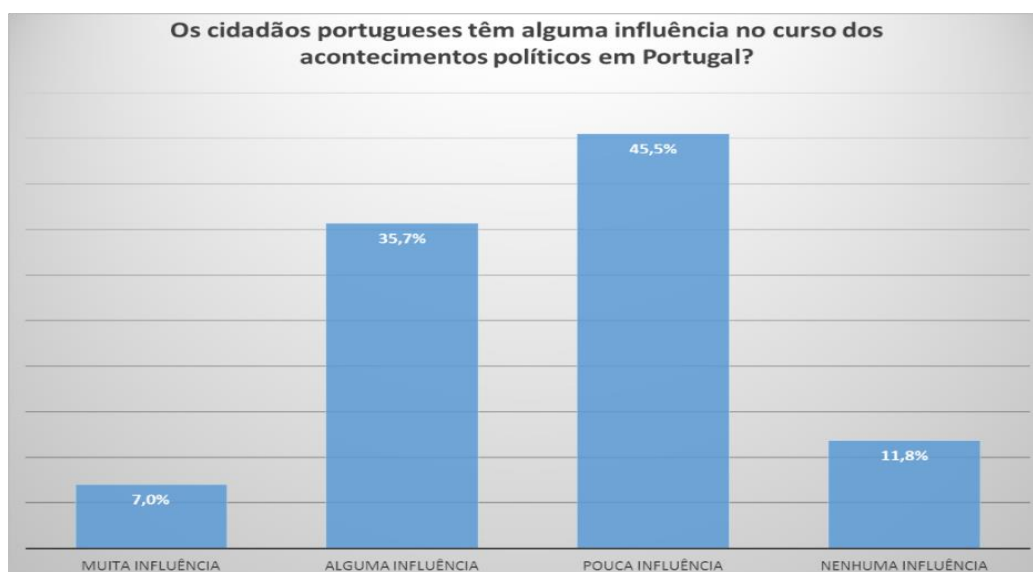
A satisfação declarada com o funcionamento da democracia também se afigura preocupante, 60.8 por cento estando assumidamente “insatisfeitos” ou muito “insatisfeitos” (Figura 11).

Figura 11



Esta marca de 60.8 por cento de respondentes declaradamente “insatisfeitos” ou “muito insatisfeitos” com o funcionamento da democracia confere genericamente com 57.3 por cento que pensam terem os cidadãos pouca ou nenhuma influência no curso dos acontecimentos políticos em Portugal (ver infra, Figura 12).

Figura 12



Embora não tenha sido feita por nós a análise detalhada do ‘cruzamento’ das duas questões, é razoável supor que perto de 3/5 de respondentes globalmente insatisfeitos estejam perto de 3/5 também de respondentes com perceção de escassa ou nula influência dos cidadãos na vida política; mais ainda se acrescentarmos a esse panorama a informação de que também perto de 3/5 dos respondentes declaram não se identificar com nenhum partido ou identificar-se com um “outro” (ver atrás, Figura 4).

Conclusões

O tratamento mais detalhado das possíveis relações entre estas várias dimensões políticas da opinião da população portuguesa será efetuado em estudos ulteriores. Entretanto, podemos desde já destacar um certo número de traços suscetíveis de serem considerados em sublinhado num qualquer retrato político da população inquirida:

- 1) Antes de mais, destaca-se a persistente inclinação política ‘centrista’, acompanhada todavia duma pequena deslocação para a direita desde o inquérito anterior, realizado em 2006.
- 2) Analogamente para as preferências quanto à regulação da economia, os defensores da intervenção estatal recuando ligeiramente face às opções declaradamente pró-mercado.
- 3) Uma escassa identificação com partidos políticos (sobretudo os partidos mais tradicionais), sendo o alheamento relativamente àqueles bem maior do que a abstenção, a qual entretanto já se apresenta ela própria em forte crescendo.
- 4) Paralelamente, verifica-se uma global insatisfação expressa quanto ao funcionamento da democracia, a perceção dominante sendo mesmo a de que os cidadãos têm uma capacidade de intervenção muito reduzida nos destinos na coisa pública.
- 5) Este traço é ainda reforçado por pinceladas de tonalidade abertamente cínica, sendo os agentes políticos facilmente percebidos pelos inquiridos como corruptos, excessivamente remunerados e carreiristas, muito mais raramente como acessíveis, competentes e/ou tolerantes.
- 6) Adentro deste panorama preocupante, a magistratura declaradamente merecedora de maior confiança popular corresponde ao órgão de soberania mais vincadamente personalizado (a Presidência da República), ao mesmo tempo que

os principais fatores de escolha partidária são o perfil do líder, bem como o programa do partido (mas, significativamente, não a respetiva ideologia).

Referências:

Graça, J. C., Ferreira, J. M. C., Marques, R., Lopes, J. C., & Gonçalves, B. (2012a). A Confiança no Sistema Político Português. In J. M. C. Ferreira (Org), *Sociedade de Confiança: a Construção Social da Confiança em Portugal* (pp. 83-205). Lisboa: Escolar Editora.

Graça, J. C., Ferreira, J. M. C., Marques, R., Lopes, J. C., & Gonçalves, B. (2012b). A Construção Social do Valor. In J. M. C. Ferreira (Org), *Sociedade de Confiança: a Construção Social da Confiança em Portugal* (pp. 207-269). Lisboa: Escolar Editora.

Graça, J. C., Lopes, J. C., & Correia, R. G. (2014). *Economics education: literacy or mind framing? Evidence from a survey on the social building of trust in Portugal* (WP do Departamento de Economia do ISEG). Disponível em : https://aquila5.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=531131&request_checksum=9e88fae7f14a46d57b4d74ef4bf190d83bca64e6

Graça, J. C., Lopes, J. C., & Correia, R. G. (2016). Economics education: Literacy or mind framing? Evidence from a survey on the social building of trust in Portugal. *Análise Social*, ICS, Universidade de Lisboa, Vol. 51 (3.º), 220, Setembro, 516-542. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_220_art01.pdf

Graça, J. C., Caiado, J., & Correia, R. G. (no prelo). Sociopolitical Values, Attitudes and Behaviors of Portuguese Economics Students. *Sociologia, Problemas e Práticas* (aceite para publicação em 2018).